



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	... Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	... Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	... Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	... Kz: 115 470.00	

### SUMÁRIO

#### Assembleia Nacional

##### Resolução n.º 14/14:

Aprova a suspensão do mandato do Deputado João Manuel Gonçalves Lourenço, n.º 16 da lista do Círculo Eleitoral Nacional e a substituição temporária do Deputado Job Pedro Castelo Capapinha, n.º 126 da lista dos efectivos do Círculo Eleitoral Nacional que passa a integrar a Comissão de Acompanhamento aos Parlamentos da América do Norte e Central.

##### Resolução n.º 15/14:

Aprova a suspensão do mandato do Deputado Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem «Mbinda», n.º 29 da lista do Círculo Eleitoral Nacional e a substituição temporária do Deputado Yaba Pedro Alberto, n.º 125 da lista dos efectivos do Círculo Eleitoral Nacional, que passa a integrar a Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro e o Grupo Nacional de Acompanhamento da União Interparlamentar (UIP).

##### Resolução n.º 16/14:

Aprova o ajustamento do salário-base do Presidente da Assembleia Nacional e dos Deputados à Assembleia Nacional.

##### Resolução n.º 17/14:

Concede a autorização para a adopção dupla da menor Rosa de Lourdes pelo casal Paolo Parimbelli e Roberta Rocchi, ambos de nacionalidade italiana.

##### Resolução n.º 18/14:

Concede a autorização para a adopção dupla da menor Isabel Rosa pelo casal Giovanni Pala e Francesca Sanna, ambos de nacionalidade italiana.

#### Ministério da Cultura

##### Decreto Executivo n.º 243/14:

Classifica o «Centro Histórico de Mbanza Kongo» como Património Cultural Nacional, situado na Província do Zaire.

##### Despacho n.º 1436/14:

Subdelega competência a Luzia Júlio João, Secretária Geral deste Ministério, para assinar o Contrato de prestação de serviços de consultoria, gestão de conteúdos e produção de espectáculos de abertura e encerramento do Festival Nacional de Cultura — FENACULT 2014, no valor equivalente em Kwanzas a USD 1.200.000,00.

##### Despacho n.º 1437/14:

Subdelega competência a Pedro Alfredo Ramalhos, Director Geral do Instituto Angolano de Cinema Audiovisual e Multimédia deste Ministério, para assinar o Protocolo de Cooperação de Implementação do Cinema Móvel em Angola, celebrado entre o referido Instituto e as Organizações Tondinha & Irmãos, Lda.

##### Despacho n.º 1438/14:

Subdelega competência a José Domingos Pedro, Director Geral do Instituto de Línguas Nacionais para assinar Contratos de Prestação de Serviço com investigadores nacionais e estrangeiros visando a elaboração do Atlas Linguístico de Angola inserido no Projecto de Investigação sobre «Mapeamento Linguístico de Angola», previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

##### Despacho n.º 1439/14:

Subdelega competência a Luzia Júlio João, Secretária Geral deste Ministério para assinar o Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre este Ministério e Alexey Shakito, de nacionalidade portuguesa, no âmbito da preparação do Festival Nacional de Cultura — FENACULT.

##### Despacho n.º 1440/14:

Nomeia a Comissão Organizadora encarregue de preparar as condições para a realização do programa do «Jardim do Livro Infantil», Edição 2014. — Revoga o Despacho n.º 648/12, de 28 de Maio e toda a legislação que contrarie o presente Diploma.

#### Ministério das Finanças

##### Despacho n.º 1441/14:

Subdelega plenos poderes a Silvio Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para em representação deste Ministério assinar o Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa Kubaka Prémium — Sociedade Construções, Lda, tem como objecto a demolição, remoção do entulho e execução de tapume dos Prédios Rústicos e Urbanos do quarteirão adjacente ao parque de estacionamento II, do edifício sede deste Ministério, formado pelo perímetro limitado pelas Ruas Fernando Brique/Rua da Missão, Ex D. Melo e a Travessa Ásia, destinados a construção de um edifício para apoio aos serviços deste Ministério.

#### Ministério da Geologia e Minas

##### Despacho n.º 1442/14:

Cria a Comissão para a recolha de toda a informação Geológica e Mineira (CRIGMA) fora do controlo deste Ministério.

**ASSEMBLEIA NACIONAL****Resolução n.º 14/14**  
de 2 de Julho

Considerando que o Grupo Parlamentar do MPLA solicitou, ao Presidente da Assembleia Nacional, a movimentação de Deputados, designadamente a suspensão do mandato de um Deputado, a substituição temporária e a integração na Comissão de Trabalho Especializada do Deputado substituto, de modo a conformar ao que estabelece a Constituição da República de Angola e o Estatuto do Deputado;

Considerando que a suspensão do mandato e a substituição temporária do Deputado João Manuel Gonçalves Lourenço enquadra-se no disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto de Deputado, «ex vi» da alínea a) do n.º 1 do artigo 151.º da Constituição da República de Angola;

Considerando que o exercício de cargo público incompatível com a função de Deputado determina a suspensão do mandato, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto do Deputado, alínea b) do n.º 1 do artigo 149.º da Constituição da República de Angola;

Considerando que a vaga ocorrida é preenchida segundo a ordem de precedência, pelo Deputado seguinte da lista, a que pertencia o titular do mandato vago, de acordo com o plasmado no n.º 2 do artigo 153.º da Constituição da República de Angola;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos da alínea f) do artigo 166.º da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a suspensão do mandato do Deputado João Manuel Gonçalves Lourenço, n.º 16 da lista do Círculo Eleitoral Nacional, titular do Cartão de Eleitor n.º 5391 9300.

2.º — É aprovada a substituição temporária do Deputado substituto Job Pedro Castelo Capapinha, n.º 126 da lista dos efectivos do Círculo Eleitoral Nacional, titular do Cartão de Eleitor n.º 60 8100, que passa a integrar a Comissão de Economia e Finanças e o Grupo Nacional de Acompanhamento aos Parlamentos da América do Norte e Central.

3.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Maio de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

**Resolução n.º 15/14**  
de 2 de Julho

Considerando que o Grupo Parlamentar do MPLA solicitou, ao Presidente da Assembleia Nacional, a movimentação de Deputados, designadamente a suspensão do mandato de um Deputado, a substituição temporária e a integração na Comissão de Trabalho Especializada do Deputado substituto, de modo a conformar ao que estabelece a Constituição da República de Angola e o Estatuto do Deputado;

Considerando que a suspensão do Mandato e a substituição temporária do Deputado enquadra-se no disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto do Deputado, «ex vi» da alínea b) do n.º 1 do artigo 151.º da Constituição da República de Angola;

Considerando que a vaga ocorrida é preenchida segundo a ordem de precedência, pelo Deputado seguinte da lista, a que pertencia o titular do mandato vago, de acordo com o plasmado no n.º 2 do artigo 153.º da Constituição da República de Angola;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos da alínea f) do artigo 166.º da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovada a suspensão do mandato do Deputado Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem «Mbinda», n.º 29 da lista do Círculo Eleitoral Nacional, titular do Cartão de Eleitor n.º 15912 60283.

2.º — É aprovada a substituição temporária do Deputado Yaba Pedro Alberto, n.º 125 da lista dos efectivos do Círculo Eleitoral Nacional, titular do Cartão de Eleitor n.º 1793 9600, que passa a integrar a Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro e o Grupo Nacional de Acompanhamento da União Interparlamentar (UIP).

3.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Maio de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

**Resolução n.º 16/14**  
de 2 de Julho

Tendo em conta a inflação verificada no exercício económico de 2013 e havendo necessidade de repor o poder de compra do salário do Presidente da Assembleia Nacional e dos demais Deputados;

Achando-se manifestamente necessário o ajustamento do salário-base do Presidente da Assembleia Nacional e dos Deputados à Assembleia Nacional;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea n) do artigo 161.º e da alínea f) do artigo 166.º, ambas da Constituição da República de Angola, a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o ajustamento do salário-base do Presidente da Assembleia Nacional e dos Deputados à Assembleia Nacional, obedecendo o seguinte:

a) Presidente da Assembleia Nacional, 8.2 %;

b) Deputados à Assembleia Nacional, 8.2 %.

2.º — Os salários-bases referidos no número anterior não prejudicam os suplementos remuneratórios previstos na Lei n.º 6/08, de 4 de Julho, e nas Resoluções n.ºs 20/08 e 21/08, ambas de 7 de Agosto.

3.º — Os efeitos da presente Resolução retroagem a 1 de Janeiro de 2014.

4.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Maio de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

#### **Resolução n.º 17/14** de 2 de Julho

Considerando que o casal Paolo Parimbelli e Roberta Rocchi, ambos de nacionalidade italiana, requereram a adopção dupla da menor Rosa de Lourdes, de nacionalidade angolana;

Tendo em conta que os adoptantes reúnem os requisitos estabelecidos na lei, designadamente a Lei n.º 1/88, de 20 de Fevereiro (Código da Família) e que foram cumpridas todas as formalidades por ela impostas, obedecendo deste modo as exigências da legislação específica em vigor;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, da alínea o) do artigo 164.º ambos da Constituição da República de Angola, e do artigo 204.º do Código da Família, a seguinte Resolução:

1.º — É concedida a autorização para a adopção dupla da menor Rosa de Lourdes pelo casal Paolo Parimbelli e Roberta Rocchi, ambos de nacionalidade italiana.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 22 de Maio de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

#### **Resolução n.º 18/14** de 2 de Julho

Considerando que o casal Giovanni Pala e Francesca Sanna, ambos de nacionalidade italiana, requereram a adopção dupla da menor Isabel Rosa, de nacionalidade angolana;

Tendo em conta que os adoptantes reúnem os requisitos estabelecidos na lei, designadamente a Lei n.º 1/88, de 20 de Fevereiro — Código da Família e que foram cumpridas todas as formalidades por ela impostas, obedecendo deste modo as exigências da legislação específica em vigor;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas da alínea f) do n.º 2 do artigo 166.º, da alínea o) do artigo 164.º, ambos da Constituição da República de Angola, e do artigo 204.º do Código da Família, a seguinte Resolução:

1.º — É concedida a autorização para a adopção dupla da menor Isabel Rosa pelo casal Giovanni Pala e Francesca Sanna, ambos de nacionalidade italiana.

2.º — A presente Resolução entra em vigor à data da sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional em Luanda, aos 22 de Maio de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

## **MINISTÉRIO DA CULTURA**

#### **Decreto Executivo n.º 243/14** de 2 de Julho

Considerando que Mbanza Kongo foi a capital do antigo «Reino do Kongo» e posteriormente o núcleo da antiga Cidade de «São Salvador do Congo»;

Tendo em conta que Mbanza Kongo constitui uma das mais antigas urbanizações vivas abaixo do equador, com vestígios da sua evolução e história soterrados e implantados na cidade;

Considerando que Mbanza Kongo, enquanto capital do antigo reino pela sua preponderância política, influenciou os demais reinos da região do ponto de vista económico, social e religioso;

Havendo necessidade de salvaguardar o património móvel, imóvel, imaterial, arqueológico e natural desta parcela do território nacional, de interesse para a historiografia mundial e angolana em particular;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do

Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 12.º da Lei n.º 14/05, de 7 de Outubro, Lei do Património Cultural, determino:

ARTIGO 1.º  
(Classificação)

É classificado o «Centro Histórico de Mbanza Kongo» como Património Cultural Nacional, situado na Província do Zaire, de acordo com o mapa anexo do presente Diploma, do qual é parte integrante.

ARTIGO 2.º  
(Delimitação)

O limite do Centro Histórico de Mbanza Kongo abrange toda a colina e estende-se até aos seus arredores, compreendendo os seguintes limites geográficos:

1. Da «Fonte de Mandungo» até à sua intercepção com a «Fonte Bulunga»;
2. Da «Fonte Bulunga» até à sua intercepção com a «Fonte Cinza»;
3. Da «Fonte Cinza» até à sua intercepção com a «Fonte Ntentembua»;
4. Da «Fonte Ntentembua» até à sua intercepção com a «Fonte Tuamenga»;
5. Da «Fonte Tuamenga» até à sua intercepção com a «Fonte Kilumbo»;
6. Da «Fonte Kilumbo» até à sua intercepção com a «Fonte Mbango»;

7. Da «Fonte Mbango» até à sua intercepção com a «Fonte Mbenda»;
8. Da «Fonte Mbenda» até à sua intercepção com a «Fonte Massangalavua»;
9. Da «Fonte Massangalavua» até à sua intercepção com a «Fonte Madungo».

ARTIGO 3.º  
(Competência)

Compete às entidades da Administração Local do Estado a tomada de medidas para a efectiva protecção do referido património e da sua zona de protecção, previstas no plano de gestão e conservação do centro histórico.

ARTIGO 4.º  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação ou aplicação deste Diploma são resolvidas por Despacho da Ministra da Cultura.

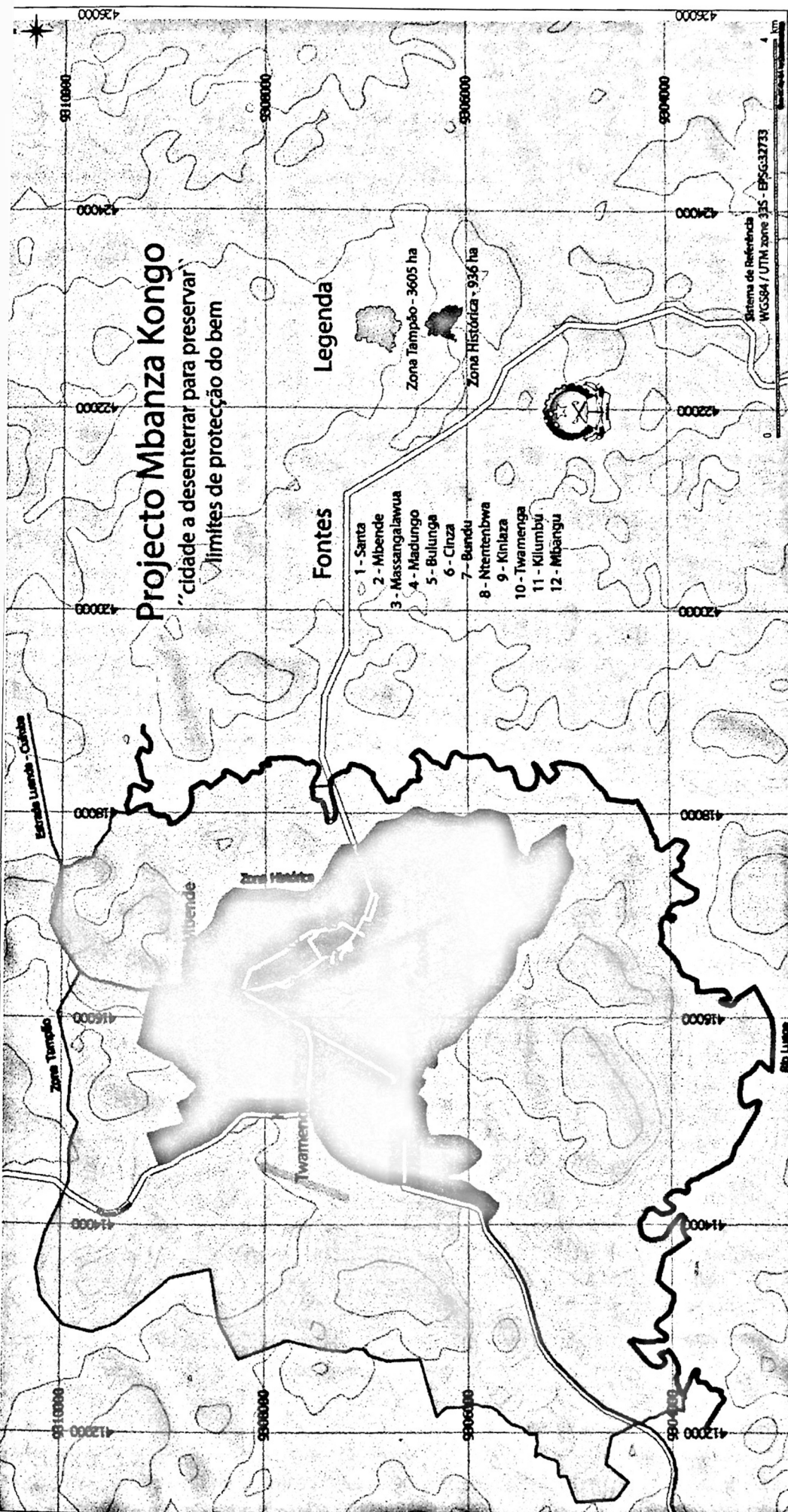
ARTIGO 5.º  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Junho de 2013.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.



A Ministra, Rosa Maria Martins da Cruz e Silva.



**Despacho n.º 1436/14**  
de 2 de Julho

Convindo autorizar a celebração do Contrato de Prestação de Serviços entre o Ministério da Cultura e a empresa Visualfarm, no domínio da consultoria e produção das cerimónias de abertura e encerramento do FENACULT 2014, de acordo com os artigos 37.º e 40.º da Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro, Lei da Contratação Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 7.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Subdelegação)

É subdelegada competência para autorizar à Secretária Geral do Ministério da Cultura, Luzia Júlio João, para assinar Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, Gestão de Conteúdos e Produção de Espectáculos de Abertura e Encerramento do Festival Nacional de Cultura — FENACULT 2014, no valor equivalente em Kwanzas a USD 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares americanos).

**ARTIGO 2.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 12 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

**Despacho n.º 1437/14**  
de 2 de Julho

Havendo necessidade de assinar o Protocolo de Cooperação de Implementação do Cinema Móvel em Angola, entre o Instituto Angolano de Cinema e Audiovisual e as Organizações Tondinha & Irmãos, Lda;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Subdelegação)

É subdelegada competência ao Director Geral do Instituto Angolano de Cinema Audiovisual e Multimédia do Ministério da Cultura, Pedro Alfredo Ramalhoso, para assinar o Protocolo de Cooperação de Implementação do Cinema Móvel em Angola,

celebrado entre o Instituto Angolano de Cinema e Audiovisual e Multimédia e as Organizações Tondinha & Irmãos, Lda;

**ARTIGO 2.º**  
(Entrada em vigor)

Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 14 de Maio de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

**Despacho n.º 1438/14**  
de 2 de Julho

Havendo necessidade de autorizar a celebração de Contrato de Prestação de Serviços no âmbito do programa de «Promoção do acesso ao ensino e uso das línguas nacionais de Angola em todos os domínios, assim como as principais línguas de comunicação internacional», previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Subdelegação)

É subdelegada competência a autorizar o Director Geral do Instituto de Línguas Nacionais, José Domingos Pedro, para assinar Contratos de Prestação de Serviço com investigadores nacionais e estrangeiros no âmbito, visando a elaboração do Atlas Linguístico de Angola, inserido no Projecto de Investigação sobre «Mapeamento Linguístico de Angola» previsto no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

**ARTIGO 2.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 17 de Junho de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

**Despacho n.º 1439/14**  
de 2 de Julho

Havendo necessidade de autorizar a celebração do Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º  
(Subdelegação)

É subdelegada competência à Secretária Geral do Ministério da Cultura, Luzia Júlio João, para assinar o Contrato de restação e Serviços, celebrado entre o Ministério da Cultura Alexey Shakito, de nacionalidade portuguesa, no âmbito da reparação do Festival Nacional de Cultura — FENACULT.

ARTIGO 2.º  
(Entrada em vigor)

Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 9 de Maio de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

**Despacho n.º 1440/14**  
de 2 de Julho

Havendo necessidade de constituir a Comissão Organizadora do Programa Jardim do Livro Infantil, visando a promoção e divulgação do livro e da leitura, bem como o surgimento de novos autores e obras no domínio da Literatura Infantil, Edição 2014;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas da alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º  
(Nomeação)

É nomeada a Comissão Organizadora encarregue de preparar as condições para a realização do Programa do «Jardim do Livro Infantil», Edição 2014.

ARTIGO 2.º  
(Composição)

1. A Comissão ora criada integra os seguintes membros:

- a) Gabriel Cabuço (Coordenador);
- b) Carlos Vieira Lopes (Coordenador-Adjunto);
- c) João Lourenço (Subcoordenador de Apoio Técnico para a Literatura, Exposições, Artes e Memórias);
- d) Paulo António (Subcoordenador de Finanças, Infra-Estruturas e Logística);
- e) Miguel Domingos Pacheco (Subcoordenador de Promoção e Marketing);
- f) Ezequiel Zau (Subcoordenador de Publicações);
- g) Maravilha Miranda Sumbula (Chefe de Secretariado).

2. A Comissão Organizadora integra igualmente representantes dos Ministérios e instituições seguintes:

- a) Ministério da Educação;
- b) Ministério da Assistência e Reinserção Social;
- c) Ministério da Família e Promoção da Mulher;
- d) Instituto Nacional da Criança;
- e) Organização de Pioneiros Agostinho Neto.

ARTIGO 3.º  
(Competências)

Compete, entre outras, à Comissão Organizadora:

- a) Submeter à aprovação superior o programa de trabalhos e orçamento do Jardim do Livro Infantil;
- b) Promover a articulação entre os órgãos executivos afectos ao Programa;
- c) Promover a articulação entre a Comissão Organizadora e os órgãos da Administração Local do Estado, responsáveis pela realização do evento nas diferentes circunscrições administrativas do País;
- d) Apresentar um relatório final sobre a realização anual do evento;
- e) Exercer os demais poderes que lhe forem conferidos por lei ou superiormente.

ARTIGO 4.º  
(Revogação)

É revogado o Despacho n.º 648/12, de 28 de Maio, e toda a legislação que contrarie o presente Diploma.

ARTIGO 5.º  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação ou aplicação deste Diploma são resolvidas por Despacho da Ministra da Cultura.

ARTIGO 6.º  
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.  
Publique-se.

Luanda, aos 10 de Março de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Despacho n.º 1441/14**  
de 2 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados plenos poderes ao Director Nacional do Património do Estado, Sílvio Franco Burity, para em representação do Ministério das Finanças assinar o Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa Kubaka Prémium, Sociedade Construções, Limitada, cujo objecto é a demolição, remoção do entulho e execução de tapume dos Prédios Rústicos e Urbanos do quarteirão adjacente ao Parque de Estacionamento II, do Edifício Sede do Ministério

das Finanças, formado pelo perímetro limitado pelas Ruas Fernando Brique/Rua da Missão, Ex. D. Melo e a Travessa da Ásia, perfazendo uma área aproximada de 4.975 m<sup>2</sup>, destinados à construção de um edifício para apoio aos serviços do Ministério das Finanças.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Junho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

## MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS

**Despacho n.º 1442/14**  
de 2 de Julho

Considerando que, nos termos do artigo 31.º do Código Mineiro, toda a informação geológico-mineira sobre recursos minerais existentes no território nacional é propriedade do Estado, sendo obrigatória a comunicação ao Ministério da Geologia e Minas a realização ou detenção dessa informação.

Havendo a necessidade de se criar um órgão encarregue de proceder à recolha de toda a informação geológica e mineira existente fora do controlo do Ministério da Geologia e Minas em Angola e no exterior do país;

Tendo sido criada uma base de dados geológicos e mineiros no âmbito da implementação do Plano Nacional de Geologia, para armazenar toda a informação geológico-mineira nacional.

O Ministro da Geologia e Minas, determina, em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 3.º do Despacho Presidencial n.º 99/13, de 9 de Outubro, o seguinte:

1. É criada a Comissão para a Recolha de toda a Informação Geológica e Mineira (CRIGMA) fora do controlo do Ministério da Geologia e Minas.

2. A Comissão para a Recolha de Dados ora criada tem a seguinte composição:

- a) Américo Victorino da Mata — Coordenador;
- b) André Francisco Buta Neto — Coordenador-Adjunto;
- c) Miguel Paulino de Almeida — DNM;

- d) Carlos Alberto Cavuquila — GJ;
- e) Adão Manuel Neto — Consultor do Ministro;
- f) João Ricardo — IGEO;
- g) Maria Leonor Ferreira — IGEO;
- h) Jerónimo Brito — GI.

3. A Comissão ora criada tem dentre outras as seguintes atribuições:

- a) Assegurar a recolha de dados de estudos geológicos geofísicos, geoquímicos e geotécnicos efectuados em todo o território nacional;
- b) Assegurar a recolha de dados de actividade mineira em todo o território nacional;
- c) Assegurar a recolha de dados dos estudos hidrogeológicos em colaboração com a DNRH/ME;
- d) Assegurar a recolha de dados de outros estudos de geologia de engenharia e afins em todo o território nacional.

4. Pode o Coordenador da Comissão de Recolha de Dados indicar ou convidar outras individualidades com conhecimento da existência de dados geológico-mineiro.

5. O Coordenador deve apresentar no prazo de 8 dias úteis um cronograma de acções para ser aprovado pelo Ministério da Geologia e Minas.

6. O Coordenador do CRIGMA deve apresentar quinzenalmente o relatório das actividades desenvolvidas ao Ministério da Geologia e Minas devendo referir-se necessariamente a questões de natureza técnica, administrativa e financeira, sem prejuízo de informações regulares sobre sua iniciativa ou pedido Superior.

7. A Comissão tem o prazo de 4 meses contados a partir da data da publicação deste Despacho para concluir a recolha de toda a informação geológica e mineira.

8. É aplicável aos membros do CRIGMA o disposto na Lei da Probidade Pública n.º 3/10, de 29 de Março e demais legislação aplicável.

9. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Junho de 2014.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.